

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 19, de 25 de maio de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.881.973.096,00	3.859.772,48
Pessoal Ativo	3.719.787.710,87	3.668.874,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.933.475.040,10	98.339,55
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	228.710.345,03	92.558,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	713.072.055,55	713.455,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.769.190,13	49.609,32
Decorrentes de Decisão Judicial	243.943.652,60	-
Despesas de Exercícios Anteriores	51.122.730,43	663.846,58
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	415.236.482,39	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.168.901.040,45	3.146.316,58
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.887.670.740,12	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.172.047.357,03	43,51
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.824.958.662,66	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	5.533.710.729,53	46,55
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.242.462.796,39	44,10

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	2.854.202,33
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	38.375,37
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	1.946.288,98
TOTAL	4.838.866,68

3 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

4 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado o montante de **R\$ 1.451.026.493,74** (em 2015, registrado na Natureza de Despesa 319113-3647, e em 2016, na Natureza de Despesa 319113-4780) referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária (liquidada) pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

5 - Nas linhas "Outras despesas decorrentes de contratos de terceirização (15 do art. 18 da LRF)" e "Despesas de Exercícios Anteriores", está sendo computado o montante de R\$ 872.974,08 registrado na natureza de despesa 339092-4580.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" estão compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	415.236.482,39
+ Despesa custeada com recursos do valor liquidado pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-3647 e ND 319113-4780)	1.451.026.493,74
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	67.212.063,97
Total	1.933.475.040,10

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.240.890.618,91
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 8)	374.627.642,78
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.451.026.493,74
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	415.236.482,39

7 - No último quadrimestre de 2015 foi apresentado o montante de R\$ 3.422.762,63 referente à coluna INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. Até o primeiro quadrimestre de 2016, **foi cancelado o valor líquido de R\$ 276.446,05** deste montante, sendo, R\$ 276.952,63 referentes à "Despesa Bruta com Pessoal" e R\$ 506,58 referentes às "Despesas não Computadas" conforme abaixo detalhado:

Natureza	Descrição da Conta	Valor Cancelado
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	98.460,02
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.295,99
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	506,58
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	146.757,45
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.363,70
339034	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	18.568,89
	TOTAL	276.952,63

8 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6 edição, pág. 508, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, nesse demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	36.399.980,56
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	41.273.075,48
Ações: 0028 e 0126 - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	224.133.621,94
Ações: 0029/0127 - Cartórios não Oficializados do TJES	10.097.588,69
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	62.723.376,11
Total	374.627.642,78

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 19, de 25 de maio de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R\$ 1,00
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.034.527.965,75	6.766.872.752,28	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	6.450.561.797,32	6.387.990.760,47	-	-
Interna	5.400.251.704,64	5.465.014.139,78	-	-
Externa	1.050.310.092,68	922.976.620,69	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	241.001.112,11	50.990.371,62	-	-
Outras Dívidas	342.965.056,32	327.891.620,19	-	-
DEDUÇÕES (II)	3.285.908.973,13	3.672.841.610,02	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.507.586.775,30	2.627.770.444,31	-	-
Demais Haveres Financeiros	1.020.172.901,51	1.134.598.987,32	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	241.850.703,68	89.527.821,61	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.748.618.992,62	3.094.031.142,26	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.951.594.613,26	11.887.670.740,12	-	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	58,86%	56,92%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	31,37%	26,03%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	23.903.189.226,52	23.775.341.480,24	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.512.870.303,87	21.397.807.332,22	-	-

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	6.450.561.797,32	6.387.990.760,47	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	373.637.461,76	364.147.647,13	-	-
De Tributos	1.817.785,82	-	-	-
De Contribuições Sociais	371.819.675,94	364.147.647,13	-	-
Previdenciárias	1.875.583,10	1.733.327,54	-	-
PIS/PASEP	369.944.092,84	362.414.319,59	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	5.933.982.462,28	5.890.344.188,96	-	-
<i>Internas</i>	<i>4.883.672.369,60</i>	<i>4.967.367.568,27</i>	-	-
Caixa Econômica Federal - CEF	407.660.223,18	401.098.801,64	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.401.963.385,12	2.461.452.416,26	-	-
União	2.074.048.761,30	2.104.816.350,37	-	-
<i>Externas</i>	<i>1.050.310.092,68</i>	<i>922.976.620,69</i>	-	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	748.069.200,65	658.519.687,98	-	-
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	302.240.892,03	264.456.932,71	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	142.941.873,28	133.498.924,38	-	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	142.941.873,28	133.498.924,38	-	-

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	782.447,20	765.238,41	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	597.372.432,96	554.492.977,88	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	300.105.137,37	100.952.603,24	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	966.958.871,44	965.221.939,67	-	-
Passivo Atuarial	892.019.610,42	892.019.610,42	-	-
Demais Dívidas	74.939.261,02	73.202.329,25	-	-
DEDUÇÕES (X)	1.933.696.396,95	2.224.271.491,67	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	58.719,28	121.738,31	-	-
Investimentos	1.934.722.881,70	2.171.748.123,71	-	-
Demais Haveres Financeiros	1.795.246,54	52.411.285,66	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	2.880.450,57	9.656,01	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.808.325,15	32.084.700,37	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(966.737.525,51)	(1.259.049.552,00)	-	-

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECON

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.
- 2 - Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- 3 - Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo).
- 4 - Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros", não estão sendo considerados os montantes de R\$ 245.644.836,82 (Saldo do Exercício Anterior) e R\$ 135.243.696,01 (Até o 1º quadrimestre de 2016) registrados na conta contábil 113110700 (Adiantamentos de Precatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.
- 5 - Na linha "Demais Haveres Financeiros", da Dívida Fiscal Líquida também não está sendo considerado o montante de R\$ 1.097.245,70 (Coluna "Em 30/04/2016(c)") registrado na conta "121110305 - Financiamentos Concedidos - FUNSAF" em virtude de tais valores terem sido classificados erroneamente como "financiamentos concedidos" quando de fato, tratam-se de convênios firmados. Tal lançamento será objeto de retificação no mês de maio de 2016.
- 6 - Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 6ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- 7 - Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- 8 - Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição, na linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária estão registrados os valores das contas contábeis 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS e 121300000 - Investimentos e Aplicações a Longo Prazo do RPPS.
- 9 - Em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição, p. 340, no presente demonstrativo, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento está sendo considerada como "Caixa e Equivalentes", sendo assim, foram classificados na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", os valores da conta contábil 113810200 (REDE BANCÁRIA - ARRECADADO). Tal metodologia apesar de não causar impacto na Dívida Fiscal Líquida, acarreta diferenças entre as linhas "Disponibilidade de Caixa Bruta" e "Demais Haveres Financeiros" na ordem de R\$ 25.083.471,94 ("Em 31/Dez/2015 (a)", R\$ 39.425.616,06 ("Em 29/02/2016(b)") e de R\$ 30.188.836,06 ("Em 30/04/2016(c)").
- 10 - Em observância ao princípio contábil da Prudência e também em virtude do Estado encontrar-se sob o regime especial de pagamentos de precatórios instituído pela EC nº 62/2009 - o qual vincula 2% da Receita Corrente Líquida para o pagamento dos precatórios - todos os precatórios posteriores a 05/05/2000 estão sendo considerados na composição da Dívida Consolidada e demonstrados na linha "*Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos*".
- 11 - Em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição, p. 340, no presente demonstrativo, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento está sendo considerada como "Caixa e Equivalentes", sendo assim, foram classificados na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", os valores das contas contábeis 113810100 (IPVA - BANESTES S/A) e 113810200 (REDE BANCÁRIA - ARRECADADO). Tal metodologia apesar de não causar impacto na Dívida Fiscal Líquida, acarreta diferenças entre as linhas "Disponibilidade de Caixa Bruta" e "Demais Haveres Financeiros" na ordem de R\$ 25.083.471,94 (Saldo do Exercício Anterior) e de R\$ 30.188.836,06 (até o 1º Quadrimestre).

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 19, de 25 de maio de 2016
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2016			R\$
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
INTERNAS (II)	22.718.295,65	22.885.670,32	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	22.718.295,65	22.885.670,32	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	22.718.295,65	22.885.670,32	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.951.594.613,26	11.887.670.740,12	-	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,19%	0,19%	0,00%	0,00%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.629.350.814,92	2.615.287.562,83	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.366.415.733,43	2.353.758.806,54	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2016			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:					

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo incluem garantias concedidas por meio de Fundos.

2 - Os valores informados a seguir como "Contragarantia Recebida" não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2015 Em R\$	Posição - Abril de 2016 Em R\$
711110101 - Avals	8.510,40	8.510,40
711110102 - Fiança	39.201.187,93	39.424.848,94
711110105 - Seguros	148.650.653,43	154.730.255,93
711110108 - Títulos Públicos	127.450,15	127.450,15
711110109 - Cauções	15.113.364,32	16.497.705,00
711110199 - Outras Garantias Recebidas no País	684.907,04	794.777,58
712110109 - Cauções	989.688,07	989.688,07

3 - O demonstrativo não considera a conta contábil 712110110 - Contra Garantias - Parcerias Públicos Privadas (PPP), em virtude das parcerias público-privadas serem regulamentadas por Lei específica (Lei Federal nº 11.079/2004) e não haver, até a presente data, definição no âmbito do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) a respeito da inclusão das garantias pertinentes a PPP no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
 Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
 Secretária de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 19, de 25 de maio de 2016
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	80.768.094,54	80.768.094,54
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	80.768.094,54	80.768.094,54
Interna	68.838.392,04	68.838.392,04
Abertura de Crédito	68.838.392,04	68.838.392,04
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	11.929.702,50	11.929.702,50
Abertura de Crédito	11.929.702,50	11.929.702,50
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.887.670.740,12	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	0,00%
Do Período de Referência (III)	-	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + II)	80.768.094,54	0,68%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.902.027.318,42	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.711.824.586,58	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	832.136.951,81	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	80.768.094,54	0,68%

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

NOTA EXPLICATIVA:

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
 Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
 Secretária de Estado da Fazenda

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 19, de 25 de maio de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.172.047.357,03	43,51%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.824.958.662,66	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.533.710.729,53	46,55%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.094.031.142,26	26,03%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.775.341.480,24	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	22.885.670,32	0,19%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.615.287.562,83	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	80.768.094,54	0,68%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.902.027.318,42	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	832.136.951,81	7,00%

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado